



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 1, art. 11, p. 206-227, jan. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.1.11>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



MIAR



Diadorim

Inclusão dos Alunos Portadores de Necessidades Especiais nas Atividades da Área de Educação Física

The Inclusion of Students with Special Needs in the Activities of the Physical Education Subject

Sandra Maria Souza de Carvalho

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: sandramsc@hotmail.com.br

Marcelo Calderari Miguel

Graduação em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: marcelocalderari@yahoo.com.br

Rogério Zanon da Silveira

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais

Professor permanente da Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: rogerio.silveira@ufes.br

Endereço: Sandra Maria Souza de Carvalho

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES,
29075-910. Brasil.

Endereço: Marcelo Calderari Miguel

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES,
29075-910. Brasil.

Endereço: Rogério Zanon da Silveira

Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas. Avenida Fernando
Ferrari - de 240 a 626 - lado par Jardim da Penha
29060220 - Vitória, ES - Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 07/03/2022. Última versão
recebida em 15/12/2022. Aprovado em 16/12/2022.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Hodiernamente, muito se tem falado sobre a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular, propondo uma relação adequada aos alunos portadores de necessidades especiais em seu desenvolvimento educacional adjacente aos alunos considerados “normais”. Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo buscar o embasamento teórico para a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas atividades de Educação Física. Quanto à metodologia, foi utilizada como instrumento de pesquisa a pesquisa bibliográfica em torno de artigos científicos, monografias, teses de estudiosos da área em questão. Trata-se de uma pesquisa analítica e exploratória sobre o tema abordado. Com os resultados obtidos, conclui-se que a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas atividades da disciplina de Educação Física traz grandes benefícios ao desenvolvimento desses alunos com tais necessidades. Portanto, a pesquisa comprova a grande relevância dessa disciplina para a inclusão desses discentes, ministrada por profissionais competentes e capacitados.

Palavras-chave: Disciplina de Educação Física. Alunos Portadores de necessidades Especiais. Educação Inclusiva. Ensino Regular.

ABSTRACT

Nowadays, much has been said about the inclusion of children with special needs in regular education, proposing an adequate relationship for students with special needs in their educational development adjacent to “students considered normal”. Given the above, this work aims to seek the theoretical basis for the inclusion of students with special needs in Physical Education activities. As for the methodology, it was used as a research instrument, the bibliographical research around scientific articles, monographs, thesis of scholars in the area in question. This is an analytical and exploratory research on the topic discussed. With the results obtained, it is concluded that the inclusion of students with special needs in the activities of the Physical Education discipline brings great benefits to the development of these students with such needs. Therefore, the research proves the great relevance of this discipline taught by competent and trained professionals for the inclusion of these students.

Keywords: Discipline of Physical Education. Students with Special Needs. Inclusive Education. Regular Education.

1 INTRODUÇÃO

A Inclusão, como um processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, efetivando-se a partir da década de 50. “A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania com dignidade” (BORGES; COSTA, 2016, p.7), segundo essas mesmas autoras, “a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais”.

Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, é necessário que essas mudanças aconteçam envolvendo a compreensão e cooperação de todos no processo.

Nesse sentido, o estudo justifica -se pelo fato de a Educação Física ser um componente curricular obrigatório que tem como objeto de estudo a motricidade humana. Ela é uma área de conhecimento que organiza, sistematiza, constrói e produz conhecimento, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento afetivo, social e intelectual dos alunos. O objetivo geral da pesquisa é buscar embasamento teórico para a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas atividades da disciplina de Educação Física.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História Da Disciplina De Educação Física No Brasil

Atualmente a educação está presente em toda a sociedade e ocorrem várias transformações ao longo do tempo. “A sociedade de uma forma ou de outra se educa, e a educação molda o homem e, a depender da finalidade da educação na sociedade, pode ser utilizada como forma de dominação ou de libertação.” (IMPULSIONA, 2019, p.1).

Assim como as outras disciplinas, relata a autora Mendonça (2019, p.1), “um dos objetivos da Educação Física é garantir uma educação acessível para todos, e isso inclui a participação de alunos portadores de necessidades especiais, sejam elas permanentes ou não”.

Como afirma Paulo Freire (1993), a educação como influência impõe transformações radicais na sociedade, na economia, nas inclusões humanas e na busca de direitos, ou seja, uma sociedade sem educação não evolui.

Foi somente no Brasil Império, no ano de 1808, com a vinda da Corte Portuguesa para

o Brasil, que se firmaram os primeiros tratados sobre a Educação Física no país. A educação e a saúde passaram a ser uma preocupação das elites e, nesse contexto, os exercícios corporais tornaram-se sinônimo de saúde física e mental, e as escolas começaram, então, a incluir a ginástica em seus currículos. Mas a importância da Educação Física no país se consolida somente no ano de 1882, com o parecer de Rui Barbosa sobre a Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior, no qual explicitava a valorização do desenvolvimento físico aliado ao mental nos países desenvolvidos, e sugeria a obrigatoriedade da prática de Educação Física em todas as escolas e para ambos os gêneros, incluindo a Educação Física como matéria de estudo. Em 1930, com as reformas de Getúlio Vargas, a área ganha destaque nas políticas públicas com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (IMPULSIONA, 2019, p.1).

Portanto, promover a Educação Física como disciplina obrigatória em todos os níveis escolares foi uma das formas do governo de promover hábitos de higiene e de saúde à população.

No final do século XIX, o esporte surge como uma admirável manifestação cultural. Enquanto no Brasil, a equitação, a natação e o esgrima constituíam as “modalidades mais praticadas, o remo foi o principal esporte praticado no país até as primeiras décadas do século XX, quando foram introduzidas as modalidades de natação, basquete, tênis e futebol, que se tornaram práticas populares até os dias” atuais (IMPULSIONA, 2019, p.1).

Após a segunda Guerra Mundial e durante a Ditadura Militar no Brasil, a Educação Física ganhou status de propaganda do governo e todo ensino passou a ser direcionado para o rendimento esportivo e desempenho do atleta (IMPULSIONA, 2019, p.1).

Depois da abertura política nos anos de “1980, novas concepções surgem na área da Educação Física, principalmente a escolar, e o modelo mecanicista passa a ser questionado, e estudos sobre o desenvolvimento psicomotor da criança transformam o ensino de Educação Física”. A disciplina de Educação Física passa a considerar a totalidade como o físico, o social e o emocional (IMPULSIONA, 2019, p.1).

Hodiernamente, diferentes abordagens dividem os ambientes, e se reconhece o extraordinário papel da Educação Física para o desenvolvimento da humanidade plena, tornando-se uma admirável ferramenta para o aprendizado, integração na sociedade e exercício da cidadania.

2.2 Aceitando as diferenças somos todos iguais

A inclusão escolar foi uma conquista significativa para as pessoas com deficiências, no entanto, essa conquista só foi possível a partir de políticas educacionais no Brasil e no mundo que enfatizam a questão da educação para todos e de uma escola para todos, dispendo não somente de infraestrutura adequada e adaptada para atendê-los, como também o atendimento educacional especializado, visando à melhoria do ensino fornecido, considerando as necessidades específicas de cada aluno, como sinaliza a Declaração de Salamanca, Conferência de Guatemala, a Constituição Federal do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Resolução CNE/CEB nº 4, 2 de outubro de 2009, além de outros decretos que afirmam a necessidade de uma educação para todos (BRASIL, 2009, p.1).

Sendo assim, o princípio fundamental da escola inclusiva abre caminhos para reflexões da construção de uma escola que contemple a diversidade e envolva currículo apropriado, estratégias de ensino, uso de recursos, parcerias, e outras ações que nos fazem pensar como é fundamental a análise do processo de formação dos professores na perspectiva de uma escola inclusiva, para ampliarmos as possibilidades de ressignificação dos recursos e do contexto da escola atual. Além disso, o professor necessita assumir posicionamentos que contemplem todos os alunos, como o planejamento diversificado, a adaptação curricular, o projeto educativo, os recursos diversificados, as adaptações de recursos para alguns alunos, etc.

Expressões como igualdade social, equidade social ou respeito às diferenças passaram a fazer parte de discursos voltados à busca de uma sociedade menos excludente e mais justa; e, para Sposati (2000, p. 30), “a superação da exclusão social tornou-se um desafio a ser superado por todos”:

Nessa virada de milênio, quando a ciência e a tecnologia atingem elevado grau de desenvolvimento, é de indagar por que a sociedade continua a permitir tanta desigualdade e tantas desvantagens para grande parte da população no desenvolvimento do seu potencial humano. Sabe-se que esse processo não é novo. Desde os primórdios da história, encontram-se formas de dominação e de apartação entre os homens. Superá-las é um desafio (SPOSATI, 2000, p. 30)

Diante da extrema importância dessa disciplina, tornam-se necessários profissionais competentes e capacitados, de forma que faça proveito de todas as técnicas, metodologias e recursos para um atendimento qualificado, resultando no avanço educacional e social do aluno. Como nos alertam Favero *et al.* (2009), o primeiro passo para a inclusão educacional é a efetivação da matrícula do estudante na escola regular, no entanto, a escola precisa

desenvolver socialização e principalmente a produção de conhecimento desses indivíduos.

Nesse contexto, a inclusão escolar virou um direito previsto no Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, no qual deixa claro que não haverá exclusão do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência, garantindo um sistema educacional incluso em todos os níveis escolares, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Além, é claro, de estarem asseguradas adaptações razoáveis, de acordo com as necessidades individuais, sejam elas educacionais ou de estrutura física, para uma melhor adaptação do aluno com necessidades especiais à escola comum (BRASIL, 2011, p.1).

Nesse sentido, a proposta de inclusão escolar é um processo no qual todas as pessoas em idade escolar têm direito de frequentar a escola regular, a qual deve estar apta para atender as necessidades físicas e de aprendizagem do aluno, oferecendo estrutura física, como rampas, banheiros adaptados, que garantam acessibilidade destas crianças à escola, e pedagógica, que atenda suas necessidades educacionais, dispondo dos profissionais e materiais necessários para que ocorra a aprendizagem significativa daquele aluno.

Para Abdala (2002), a diversidade é uma característica do nosso mundo. A diferença faz parte do nosso cotidiano, porém, temos algo em comum: os mesmos direitos, o jeito que somos, com nossas capacidades e nossas limitações.

A escola inclusiva pressupõe escola aberta para todos, ambientes em que todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades. É o ensino que deve se adaptar ao aluno, e não o aluno se adaptar às normas pré-estabelecidas. Além disso, todas as disciplinas, em especial a Educação Física, passam do processo de exclusão para um de inclusão.

Mas hoje, dentro do contexto escolar, já estamos acompanhando a educação inclusiva na qual os alunos participam da mesma atividade, tendo ou não necessidades especiais. Destarte, a busca pelo ensino inclusivo na Educação Física é aceitando a heterogeneidade da classe e trabalhando em cima dessa heterogeneidade.

Essa inclusão traz benefícios ao desenvolvimento dos alunos com tais necessidades, pelo motivo de não ficarem isolados com outros alunos com as mesmas necessidades, e sim aprenderem a conviver com as diferenças dos demais alunos, uma vez que todos possuem os mesmos direitos. A inclusão tem que ser entendida de forma ampla pelos profissionais de Educação Física, no convívio familiar e social. Amar é respeitar e saber lidar com as diferenças, aceitar as diferenças, é sentar-se e conversar.

Vivemos em uma sociedade que se diz sem preconceitos, mas que não aceita diferenças individuais; que cria padrões e normas daquilo que cada um deve ser, fazer, pensar e agir; cria até normas daquilo que deve ser o nosso percurso de vida. A sociedade exige

demasiado do ser humano, pede-nos uma perfeição que não nos é intrínseca e o que acontece é que, perante perdas, frustrações e sonhos destruídos, o ser humano fraqueja e adocece, desistindo de si e do que o rodeia.

Portanto, amar é aceitar as diferenças, superar os obstáculos, compreender, aceitar e superar os desafios. O grande desafio da vida está em compreender as diferenças do próximo e aceitá-las sem querer mudá-las com críticas.

3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

3.1 Educação física e os alunos com necessidades especiais: desafios e relevância no contexto escolar

As Escolas Regulares e, conseqüentemente, os professores de Educação Física, têm sido requisitados para atender as mais variadas demandas da sociedade, “o que requer conhecimento e metodologia próprios para a intervenção com cada clientela” (BORGES; COSTA, 2016, p. 14).

Após a Segunda Guerra Mundial, foi elaborada, no ano de 1948 na assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo o direito de igualdade a todos, não podendo existir nenhum tipo de discriminação por nenhum motivo, o que resultou no debate a respeito do método de inclusão (MENDES, 2006).

A Educação Física é um componente curricular obrigatório que tem como objeto de estudo a motricidade humana. Essa área de conhecimento organiza, sistematiza, constrói e produz conhecimento; por conseguinte, contribui, de modo efetivo, para que os alunos se desenvolvam socialmente e intelectualmente.

Conforme aponta o pesquisador Mendes (2013), atualmente a nossa ausência de atitudes para com as “pessoas deficientes pode ser a nossa maior deficiência, e nos últimos anos, este pensamento vem nos mostrando o quanto precisamos nos empenhar cada vez mais para que se desenvolva uma cultura baseada na inclusão”. A ocorrência da proposta de inclusão transcorre da adaptação da metodologia escolar voltada para a diversidade dos alunos.

A inclusão escolar é pauta constante de discussão e estudos, mas a tarefa de incluir portadores de deficiência física em nossas aulas, não basta por si só, é necessário fazer a integração e socialização. (BRASIL, 1988).

Hoje a inclusão questiona não somente as políticas de organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. (2.000). Ressalta-se que a socialização, a escola como espaço inclusivo, dá aos professores a oportunidade de combinar inúmeros procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos. (CIDADE; FREITAS, 2000)

E, sobre a escola e seus aspectos, temos antes que entender suas relações como instituição, suas normas e estatutos que a regem ou a organizam, pois a escola é reconhecida na sociedade como uma instituição importantíssima na formação do homem para o “ser”, atuando como cidadão que contribui ativa e veementemente para sua sociedade, através do conhecimento e seus desdobramentos; mas, em nosso país, as crianças só têm a escola como local principal para aquisição desses conhecimentos, Mendes (2013).

E todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular, por isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2000)

A Educação Física como disciplina curricular não pode ficar indiferente ou neutra nesse movimento de Educação Especial ou Educação Inclusiva que vivemos hoje, mas, como parte integrante do currículo oferecido pelas escolas, a disciplina de Educação Física pode constituir-se um ponto fundamental, podendo ser considerada tanto como um obstáculo adicional ou ponto de relevância extremamente positiva, para que o ambiente de trabalho do profissional de Educação Física se torne cada vez mais inclusivo. (ALVES, 2005)

Participar de um processo desse tipo é estar predisposto sobretudo a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre o outro, em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações que, somadas, incluem, integram e socializam a todos. (CIDADE; FREITAS, 2000)

Para que haja inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física, é necessário que o professor faça adequação nos conteúdos e nas metodologias de ensino, para o atendimento às características de cada participante, respeitando as diferenças individuais de cada um.

As maiores habilidades motoras fundamentais do desenvolvimento são aquelas adquiridas na infância. Segundo o Conselho Federal de Educação, entende-se a Educação Física Escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, capacitando-o para usufruir os jogos, os esportes, as danças, as lutas e as ginásticas, em

benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Na visão dos demais estudiosos sobre o tema, Cidade e Freitas (2002, p. 02), afirmam: “Educação Física Adaptada para portadores de necessidades especiais é um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educadores.

A educação Física tornou-se uma das melhores disciplinas de inclusão no ambiente escolar, pois é através de atividades e jogos que promove a interação de todos os alunos, cria oportunidades para os deficientes mostrarem também que são capazes de evoluírem em conjunto.

A disciplina de Educação Física auxilia na compreensão da importância da inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física escolar, envolvendo a cultura corporal de movimento, através de jogos, brincadeiras, esportes, danças, lutas e ginástica, como forma de desenvolvimento integral dos educandos, adequando conteúdos e metodologias de ensino, visando à participação de todos, inclusive das pessoas com necessidades especiais.

A Educação Física contribui para o desenvolvimento físico, intelectual, social e psicológico através de jogos e brincadeiras. É nesse contexto que a inclusão deve ocorrer.

Qualquer atividade física é recomendada para portadores de necessidades especiais, assim como para pessoas consideradas normais, desde que se adaptem ao jogo ou à brincadeira para que possam ser incluídas e possam também praticar junto ao grupo escolar, sem necessidade de montar uma turma extra.

Portanto, na escola, as atividades oferecidas como recreativas, tanto os jogos como as brincadeiras, devem ser pensadas de tal maneira que abranjam todos os praticantes, com deficiência ou não. Assim, é por meio dessas atividades recreativas, jogos lúdicos e passa tempos, que todos os alunos podem se beneficiar no senso da realização, consciência moral, desafios físicos e mentais, melhoria da autoestima, expressão criativa, chance de fazer amizades, oportunidades de competir, sistema de cooperação e tudo mais que explore a socialização.

O professor de Educação Física tem que estar preparado para lidar com o processo de inclusão. Ele deve garantir, além do direito das pessoas com necessidades especiais frequentarem as aulas, as condições necessárias de aprendizagem.

3.2 A capoeira como aliada aos alunos com necessidades especiais nas aulas de educação física no ensino regular

Durante o período colonial, com a vinda de negros escravizados para o Brasil, surge a capoeira, luta que utiliza o próprio corpo como instrumento. Naquela época, as classes denominadas elite acreditavam que exercícios físicos eram uma atividade somente voltada para os escravos e que seus filhos deveriam se dedicar ao desenvolvimento intelectual.

A capoeira manifesta-se como um jogo, uma luta e até mesmo como dança, sem assumir efetivamente nenhuma dessas características isoladamente, mas praticando todas ao mesmo tempo. Ela reúne, portanto, grandes instrumentos para a Educação Física escolar, como a expressão, a harmonia, além das manifestações corporais e culturais. O aluno, por sua vez, deve ser levado a tomar consciência de que é um corpo passível de ser conhecido, de conhecer-se e dominar-se. A capoeira incorpora diversos aspectos que a tornam úteis para promover a inclusão em geral.

Como reporta Silva (2003, p.184), entende-se que:

A capoeira que se propõe inclusiva deve ser cuidadosa em seus métodos e em suas bases pedagógicas. Deve promover a reflexão e o exercício diário dos valores, deve ter como base a afetividade e o estabelecimento de vínculos saudáveis e construtivos que contribuam para a formação da identidade dos seus praticantes. Em todo o Brasil, tem proliferado os trabalhos do terceiro setor em diversos projetos junto às comunidades. A capoeira vem ocupando espaço de destaque nesse contexto e oferecendo contribuições significativas para a inclusão social (SILVA, 2003, p.184).

Frente ao exposto, a capoeira torna-se fundamental para a criança, no momento em que há a descoberta do próprio corpo como instrumento de comunicação. Diante dessa relevância, a capoeira não se restringe unicamente a crianças portadoras de necessidades especiais, mas a todos os alunos de forma geral.

O princípio fundamental é que todas as crianças devem aprender juntas, independente de dificuldades ou diferenças. Por essa razão, aplicar a capoeira nas aulas de Educação Física como estratégia de inclusão torna-se de fundamental relevância.

3.3 A educação física como disciplina fundamental na inclusão do aluno com deficiência intelectual

Deficiência intelectual pode ser definida como um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, e pode ser diagnosticado em indivíduos que possuem QIs entre 70 e 75, que exibam déficits significativos no comportamento adaptativo. A deficiência

intelectual caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média, com as limitações adaptativas. Mantoan (2000) enfatiza que os alunos com deficiência intelectual têm dificuldade em acionar e utilizar os recursos cognitivos no cotidiano escolar como dificuldade no aprendizado, entender e realizar outras atividades julgadas como comuns para os demais colegas.

Os alunos com deficiência intelectual precisam estar sempre sendo estimulados, pois possuem tendência a serem mais sedentários. Portanto, o professor de educação física tem papel fundamental nesse processo, pois muitas vezes é só nas aulas de Educação Física que esses alunos têm oportunidade de se movimentarem (ROSADAS, 1989).

Nesse sentido, a Educação Física desempenha um papel significativo no desenvolvimento global do indivíduo com deficiência intelectual; com a inclusão desses alunos, vieram à tona inúmeros desafios para os profissionais da área, devido à preocupação de que a inclusão deva ser estabelecida por completo em todas as áreas de conhecimento, librando, assim, a exclusão desse aluno dentro desse processo. Madruga e Sousa, 2015, p.09).

Para tanto, é necessário fazer as adequações e adaptações necessárias, respeitando as individualidades de cada aluno e oferecendo oportunidade para que todos participem, sem limitá-los.

3.4 Portadores da síndrome de down e o valor das atividades de educação física

O termo “Síndrome” refere-se a um conjunto de sinais e sintomas, enquanto “*Down*” designa do sobrenome do médico e pesquisador inglês, John LangdonDown, que descreveu um “grupo distinto de portadores de um comprometimento intelectual, registrando o fato ao caracterizar detalhes fenotípicos clássicos de uma síndrome então considerada como mongolismo, pelo fato da criança parecer-se com os mongóis” (SOUZA; FERREIRA, 2018, p. 3).

Para Silva (2017, p.30), “as crianças com Síndrome de *Down*, apesar de possuírem características semelhantes, elas se diferenciam em aspectos gerais do desenvolvimento, como: linguagem, motricidade, socialização e habilidades da vida diária”. Ainda de acordo com o autor, na maioria das vezes, essas crianças portadoras dessa Síndrome possuem “crescimento físico mais lento, possuem uma tendência maior para o aumento de peso, o seu desenvolvimento motor atrasa porque possuem menor tonicidade muscular nos primeiros meses de vida e atraso no desenvolvimento mental.”

Lima (2016, p. 28) argumenta que “são diversos os problemas enfrentados pelos

portadores da Síndrome de *Down*, em especial sua inserção na sociedade”. Já Cidade e Freitas (2002, p.2) propõem que a Educação Física na escola se constitui em “grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizadas e se integrem no mesmo mundo.”

O princípio fundamental é que as crianças devem aprender juntas, independente de dificuldades ou diferenças. Dessa forma, entende-se que “consequentemente faz-se importante, por parte do Professor de Educação Física, a busca por práticas Pedagógicas Adaptadas que permitem explorar todo o potencial desses alunos, independentemente de suas limitações” (ARAÚJO, 2012, p. 13).

Ainda, de acordo com os autores Vitto Júnior e Lima (2011), entende-se que o “portador da Síndrome de *Down* é capaz de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades, sendo capaz de realizar as tarefas propostas pelo professor”.

4 METODOLOGIA

A seguir, são explanadas a abordagem e distribuição dos aspectos metodológicos desse estudo, contextualizando a trajetória da pesquisa. Apresentamos nesta seção o roteiro metodológico, que se constitui em verificar o objetivo proposto, detalhando a principal etapa. Nessa perspectiva, quanto à metodologia, foi utilizada como procedimento a revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos, como: artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Teses de Mestrado e revistas científicas de estudiosos da área em questão. Trata-se de uma pesquisa analítica e exploratória sobre o tema abordado.

4.1 Tipo de estudo e definições

Este trabalho trata-se de um estudo analítico e exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica. O desenvolvimento da pesquisa em questão baliza-se na problemática de descrever como se dá a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas atividades de Educação Física.

Segundo Fonseca, “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web*” (FONSECA, 2002, p. 32).

Para as pesquisadoras Pizzani *et al.* (2012, p. 2), “entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho

científico”. As pesquisadoras ainda citam que “essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, *sites* da Internet entre outras fontes”. (PIZZANI, *et al.*, 2012, p. 2).

Ler constitui distinguir, interpretar, compreender; como pontua a autora Mota (2016, p.1), “é através da leitura que se adquire a maior parte dos conhecimentos, pois permite também o aprofundamento do saber em determinada seara cultural ou científica”.

Ainda de acordo com a autora Mota (2016, p.1), quanto à “leitura exploratória é a leitura rápida do material bibliográfico, com a finalidade de verificar a importância da obra para a pesquisa”. “Trata-se de fazer o reconhecimento da obra, adquirindo uma visão global desta”. Em sequência, Mota (2016, p. 1) expõe que “a leitura analítica” é feita a partir de textos selecionados. “Analisar significa decompor, examinar sistematicamente os elementos que compõem o texto, com a finalidade de penetrar nas ideias do autor e compreender como o todo foi organizado. ”

5 RESULTADOS

No decorrer da pesquisa, percebe-se que a atividade física atua como um instrumento facilitador na socialização e inclusão do aluno, tanto no contexto escolar como no meio em que vive. O princípio fundamental é que todas as crianças devem aprender juntas, independente de dificuldades ou diferenças.

Ressaltando a relevância do professor de Educação Física, é correto afirmar que o mesmo deve ser um profissional interativo e pensador, que saiba se colocar no lugar do aluno, principalmente os alunos portadores de necessidades especiais, para poder compreender e, assim, construir um clima estimulador, oferecendo aos alunos um estudo significativo e um conhecimento motivacional e dinâmico.

É através da interação entre professor e aluno que se propaga o conhecimento e o ensino aprendizagem se faz presente. Além das atribuições que já são de sua responsabilidade, o professor precisa ser observador e ouvinte, para entender a bagagem cultural do aluno, as deficiências e, assim, proporcionar aprendizados e a troca de saberes.

O aluno portador de necessidade especial vive numa busca constante de identificação, fazendo questão que as suas atitudes e o seu comportamento sejam notados, a fim de conseguir se inserir no grupo com maior agilidade. Portanto, o professor precisa se importar com o aluno e inspirar-lhe confiança.

As leis existentes são uma conquista para as pessoas com necessidades educacionais especiais, visto que garantem o direito de frequentarem a escola comum, como também o atendimento educacional especializado, que auxilia o professor regente com ações pedagógicas voltadas para as necessidades específicas de cada estudante, com atendimento no contraturno ou compartilhado no trabalho colaborativo.

5.1 Deficiência física e inclusão nas atividades de educação física

Como esclarece o estudioso Carmo (2017, p.1), a “Lei nº 13.146/15, antes de responder quem é deficiente físico, divide as deficiências em quatro categorias: física, intelectual, sensorial e mental.” Para essas pessoas, existem barreiras, físicas ou não, que podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade, dificultando a inclusão na comunidade.

Atualmente as pessoas com deficiência física praticam esportes, como: “arco e flecha, basquetebol em cadeiras de rodas, bocha, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol para amputados e paralisados cerebrais, halterofilismo, hipismo, iatismo, natação rúgbi, tênis de mesa, voleibol sentado para amputados e outros” (RIBEIRO, 2009, p.130). Essas práticas esportivas, que hoje estão dentre as modalidades das paraolimpíadas, mostram o quanto a educação física evoluiu desde a segunda guerra.

De acordó com Ribeiro (2009, p.131), é necessário que o profissional de “educação Física tenha as informações necessárias para desenvolver o conteúdo de modo a potencializar as capacidades do aluno, bem como se faz necessário que a escola apoie a proposta de um currículo flexível”. É importante que proporcione além dos “esportes comuns aos currículos escolares, como voleibol, basquetebol, handebol, a prática de modalidades como voleibol sentado, goalball, basquete em cadeira de rodas, bocha paraolímpica, entre outros”. (RIBEIRO, 2009, p. 131).

Ainda nessa mesma linha de pesquisa do autor, a educação inclusiva pede flexibilização no desenvolvimento dos conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos, acompanhada de propostas inovadoras de profissionais que, amparados, sintam-se estimulados a aceitar o desafio que é a inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física.

Um dos avanços realizados em práticas esportivas consideradas inclusivas é a participação de pessoas com deficiência em eventos anteriormente oferecidos somente a atletas sem deficiência, “como maratonas, travessias em mar aberto e competições de natação.

Um dos aspectos que favorecem a participação das pessoas com deficiência em tais eventos é que não se evidencia a presença de barreiras arquitetônicas comuns em outras modalidades” (PENAFORT, 2001, 129).

O reconhecimento dos benefícios da prática do esporte adaptado tanto na reabilitação como na formação da pessoa com deficiência, seja ela congênita ou adquirida, fez do esporte uma ferramenta importante no processo de inclusão social, chegando ao ambiente escolar.

5.2 A deficiência auditiva e a prática das atividades físicas como inclusão

A Educação para surdos ou alunos com perda auditiva teve “início no Brasil ainda no século XIX com Eduard Huet, professor francês, que foi apresentado para o imperador D. Pedro II pelo Marquês de Abrantes, que o tinha conhecido como hábil educador de surdos” (SILVA, 2014, p.10).

No que se refere à definição de perda auditiva e surdez, Silva (2014, p. 11), afirma: “Entende-se por Perda Auditiva e surdez a perda parcial ou absoluta da audição, ou seja, da capacidade de ouvir e interpretar os sons produzidos pelo ser humano ou pelo meio ambiente que o cerca. No mesmo caminho, Gorgatti e Costa (2008, p.130) a definem “como a perda total ou parcial da capacidade de ouvir ou perceber sinais sonoros”. Borges e Costa (2016, p.11) afirmam compartilhar dessa mesma concepção e defendem que, para que haja incluso, é preciso que o professor de “Educação Física se atente às necessidades dos alunos surdos e com perda auditiva, e desenvolva atividades que permitam aos alunos ouvintes conhecerem a realidade do colega e, assim, possibilitar a interação de todos”. Porém, essa interação só é possível se o professor, antes de tudo, buscar conhecer a cultura, a realidade vivenciada pelos alunos com deficiência auditiva.

Portanto, entende-se “que o aluno surdo não pode se tornar o centro das atenções, mas sim, parte integrante da comunidade escolar como todos que nela atuam” (BORGES; COSTA, 2016, p.11). Dessa forma, o profissional de Educação Física contribui de forma satisfatória na educação de “alunos com deficiência auditiva, estimulando a prática de atividades que amplie a comunicação do aluno com o meio externo, possibilitando, assim, a interação do aluno com a sociedade que o cerca e contribuindo para a inclusão social” (DIAZ, *et al.*, 2009, p. 305).

5.3 A música nas atividades de educação física: uma prática acolhedora e eficaz para os alunos portadores de necessidades especiais - Apne

Braga e Oliveira (2009, p.42) entendem que “há evidências na história da humanidade que comprovam que a música é conhecida e praticada desde a pré-história”. Os pesquisadores discernem que a música atualmente é uma das vertentes artísticas mais presente no nosso dia a dia, e individualmente na vida diária de crianças e adolescentes, estabelecendo facilidades para o desenvolvimento rítmico, que é o componente essencial a ser explorado para garantir o aprendizado da dança, dos esportes das lutas e das atividades físicas de modo geral. Ainda que nenhum critério científico admita constituir seu desenvolvimento de forma concisa, a história da música se confunde com a própria história do desenvolvimento da inteligência e da cultura da humanidade.

Logo, compreende-se que a Educação Física tem como fundamental elemento de estudo o movimento humano, portanto, na Educação Física escolar se espera que os educadores propiciem aos alunos formas distintas de se movimentarem, para que pensem a propósito do seu ambiente no mundo em que habitam.

No ambiente escolar, a música tem o intuito de desenvolver e provocar a aprendizagem do aluno. Ela instrui o educando a escutar e a ouvir de modo ativo e reflexivo, e assim como aliada aos exercícios físicos se torna instrumento pedagógico favorável, instigando e motivando a compreensão e a experiência de novos movimentos físicos (BRAGA, 2002), sendo composta de três elementos construtivos: o ritmo, a melodia e a harmonia (CAMARGO, 1994).

Camargo (1994, p.71) adverte que a música precisa ter o conceito certo para o movimento, e enumera “as contribuições que a música traz para o movimento, como auxiliar no desenvolvimento psicomotor, neuromuscular, senso de direção, como estimulante, motivadora, e para sugerir o ritmo automaticamente, auxiliando o educador a adaptar uma maior liberdade de movimentos”. Nesse sentido, a música representa uma ação essencial de inspirar, avivar, desencadear um sentimento interno que, quando traduzido em expressão corporal, apresente uma atitude incondicional e rítmica.

Já Angelim (2003) destaca que em termos emocionais, a música com vibrações lentas têm efeito relaxante e as músicas com vibrações extremamente aceleradas têm resultado de intensa estimulação nervosa. Esse conhecimento torna-se extraordinário para o professor de Educação Física acertar na seleção das canções, bem como desenvolver trabalhos musicais em grupo ou individualmente, determinando previamente o ambiente que deseja instaurar nos

seus exercícios.

Nesse painel, percebe-se que com múltiplos treinamentos físicos a aparência do cansaço, da dor e da monotonia podem se perpetuar – estando a atenção das pessoas focalizada em suas apropriadas percepções. Assim sendo, a música pode se tornar um componente apropriado para a distração desses indivíduos, adequado para desvincular a atenção das pessoas para outro estímulo que seja igualmente prazeroso. Nesse sentido, a música, durante o treinamento físico, ganha importância e contorno, ou seja, quem a escuta responde tanto afetiva como corporalmente. Esse fato aponta para a hipótese de que a música tem uma inclusão muito expressiva com a condição psicofisiológica do sujeito.

Nesse contexto, o rendimento das atividades físicas também é um dos fatores influenciados pela música, porque a música tem expressividade durante o exercício físico, podendo ocasionar alterações psicológicas e físicas que irão provocar reações no comportamento dos alunos que usam a música para a prática da atividade física, principalmente para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Garcia e Zanin (2012, p. 1) arguem que, em diferentes treinamentos físicos, a aparência do cansaço, da dor e da “monotonia podem estar presentes, se não houver um elemento que distraia o indivíduo durante este exercício, o mesmo pode ser extremamente enfadonho, principalmente por ser repetitivo”. O que ocorre com exercícios que possuem a “repetição mecânica é que a percepção de dor pode se tornar mais nítida, pois a atenção do indivíduo fica focada em suas próprias sensações de cansaço e dor” (GARCIA; ZANIN, 2012, p.1).

Há que se frisar que sucessivamente nas academias há presença de músicas, o que auxilia a constituir o ritmo dos exercícios dos praticantes e a distraí-los. Entretanto, as pessoas escutam as mesmas músicas, mas nem todas possuem o mesmo gosto musical. Nessa perspectiva, a música quando desagradável ao gosto individual, ao invés de ajudá-lo, poderá atrapalhar o desempenho físico. Nesse cenário, a música tem uma inclusão muito forte com o “estado psicofisiológico do sujeito, tendo, assim, uma relação direta com o seu rendimento na prática do exercício físico” (SANTOS, 2008, p.1).

Mcardle *et al* (1991) argumentam que, quando a música for agradável ao gosto musical do indivíduo, será mais um aliado à prática da atividade física, pois irá distraí-lo, principalmente das respostas internas do corpo à dor da atividade física. Mas se a melodia empregada “durante a atividade não for do gosto musical do indivíduo, será mais um empecilho para a prática da atividade, sendo melhor a ausência da música, pois o indivíduo terá seu organismo voltado para respostas internas desagradáveis como dor e cansaço”

(MCCARDLE *et al.*, 1991, p.25).

Consequentemente, a música, quando prazerosa, pode ainda influenciar no desempenho dos alunos, pois o mesmo poderá ter uma percepção de cansaço e dor mais lenta e sua habilidade física aumentada e intensificada.

5.4 A Natação e o Ciclismo como Modalidades Esportivas Aliada aos Apne

De acordo com a Fundação São Francisco Xavier, a natação é:

Um esporte completo, uma vez que coloca todos os músculos em movimento, dependendo do tipo de necessidade especial, se faz necessário o acompanhamento de um profissional especializado”. “Para os cadeirantes, a sensação de estar flutuando sobre a água traz calma e torna-se uma prática agradável, já que essas pessoas têm de suportar seus próprios pesos, apenas com a parte superior do corpo em sua vivência diária. (FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER, 2017, p. 1)

O ciclismo também é aconselhado para as pessoas portadoras de necessidades visuais, pois “podem utilizar bicicletas adaptadas para uso em duplas, com o acompanhamento de pessoas que tenham boa visão para auxiliá-las. Já os surdos devem pedalar com a companhia de uma outra pessoa ou mesmo um cão guia, para evitar acidentes”. Portanto, quem possui dificuldades associados aos membros inferiores e superiores encontra bicicletas adaptadas (FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER, 2017, p.1).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, para que de fato a inclusão possa se efetivar na vida educacional dos alunos com necessidades especiais, as escolas devem ressignificar o atendimento pedagógico e adotar metodologias interativas. Portanto, o processo de ensino e aprendizagem em educação Física não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas potencialidades corporais e, com autonomia, exercê-las.

Além disso, a música pode ser um componente adequado para distrair os alunos portadores de necessidades especiais, tornando-se capaz de desvincular a atenção da pessoa para outro estímulo que se torne mais prazeroso, e, nesse período, a música durante o exercício físico recebe significância e contorno. Portanto, faz-se primordial que o profissional de Educação Física esteja capacitado para desenvolver formação contínua no decorrer de sua prática educativa, de forma dinâmica, contextualizada e significativa para cada estudante.

Diante do exposto, esse tema merece atenção especialmente no que se refere à

inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas atividades da disciplina de Educação Física. Nesse parâmetro, estudos sobre o tema são de extrema importância para profissionais e pesquisadores da área; outras pesquisas dessa temática devem ser realizadas, visto que, devido à era pandêmica do Covid-19 que estamos vivenciando, tornou-se impossível realizar um trabalho de campo com os alunos da Educação Especial.

Com esse estudo, conclui-se que a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais aos demais grupos de alunos, por meio das atividades de Educação Física nos processos de ensino aprendizagem vem contribuindo para a formação e capacitação de novos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. R. L. **Educação física adaptada: onde está você?** ASDEF: Associações Deficientes e Familiares. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), licenciatura em Educação Física. Presidente Prudente – SP, 2005. Disponível em: <http://www.asdef.com.br/geral/artigos-educacao.shtml>. Acesso em: 07. set. 2021.

ANGELIM, A. M. - **O Contributo da Música para a Educação Emocional** - Trabalho de conclusão do curso de Educação Emocional. Fortaleza, 2003. Disponível em: <http://www.institutokoziner.com/monografias.php>. Acesso em: 07, set. 2021.

ARAÚJO JÚNIOR, D. A. **EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA INCLUSIVA: Estudo de caso de uma escola regular em Salvador, Bahia, Brasil.** **Revista Corpo, Movimento e Saúde.** Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.unijorge.edu.br/corpomovimentosaude/pdf/artigo>. Acesso em 18 ago. 2021.

BORGES, G. S; COSTA, C. R. B. Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais na Educação Física Escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 1. Vol. 12. p. 5-18. dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRAGA, A. L; OLIVEIRA, R. G. Educação Física E Música - Uma Visão Dos Professores Sobre A Música Na Educação Física Escolar. Faculdade Unida de Suzano – UNISU. **Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão.** n. 01, p.45, 2009. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170419175554.pdf>. Acesso em: 07. set., 2021.

BRAGA, J. M. P. **Elementos Musicais a serem abordados na Formação Profissional em Educação Física.** Trabalho de (Dissertação de Mestrado) – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=9448172>. Acesso em: 07, set., 2021.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação/Mistério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.** Brasília: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao->. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação/Mistério da Educação. **Decreto Nº 7.611, De 17 De Novembro De 2011**. Brasília Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011/Decreto/. Acesso em 12 set. 2021

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 06 set. 2021.

CAMARGO, M. L. M. – **Música/Movimento**: Um universo em duas dimensões – Aspectos Técnicos e Pedagógicos na Educação Física – Coleção Pedagógica – vol. 03 – Vila Rica Editoras Reunidas Ltda. Belo Horizonte, 1994.

CARMO, F. **Para a lei brasileira quem é deficiente físico?** Acesso livre., Nov, 2017. Disponível em: [http://www. Acessolivre.org.quem-e-deficiente-fisico](http://www.Acessolivre.org.quem-e-deficiente-fisico). Acesso em: 14 ago. 2021.

CIDADE, R. E.; FREITAS; P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd138/expectativas-para-a->. Acesso em: 07 set. 2021.

dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.nucleodoconhecimento.com.br/educação/>. Acesso em: 13 set. 2021.

DÍAZ, F *et al.*(org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 303-312. Disponível em: <http://www.books.scielo.org>. Acesso em 16 ago. 2021.

FÁVERO, O.; FERREIRA, W.; IRELAND, T; BARREIROS, D. (Orgs.). **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: UNESCO, p.220, set., 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/>. Acesso em: 14 set. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER - FSFX. Atividades físicas para portadores de necessidades especiais (PNE). Out., 2017. Disponível em: <http://www.atituderimacomsaude.com.br-atividades>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GARCIA, V. P; ZANIN, M. **EFDeportes.com**: Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 167, abril de 2012. Disponível em:<http://www.efdeportes.com/>. Acesso em 23 ago. 2021.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. Ed. Barueri: Manole, 2008.

IMPULSIONA. **A história da educação física no Brasil**: Dos índios e portugueses até os dias de hoje, conheça a evolução da Educação Física no país. Ago. 2019. Disponível em: <http://www.impulsiona.org.br/-historia-educacao>. Acesso em: 12 set. 2021.

LIMA, A. C. D. R. **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas**. São Paulo: Vozes, 2016.

MADRUGA, A.; SOUSA, F. J. F. **EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Curso de Educação Física do Centro Universitário FACVEST, p. 12, 2015. Disponível em: <http://www.educere.bruc.com.br>. Acesso em 13 set. 2021.

MANTOAN, M. T. E. Novos cenários de compreensão da aprendizagem. **Revista Educação em foco**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação/ Centro pedagógico Educação em foco, v 04, n.02, p.13-25, set/fev. 99f.,2000. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/NT/ta1.11.htm>. Acesso em:07 set. 2021.

MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do Exercício**: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

MENDES, A. P. S. **Análise subjetiva dos professores de educação física sobre a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar de Campinas e região na ação efetiva de suas aulas**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas Sociais Aplicadas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 79f.,2013. Disponível em: <http://www.monografias.com.pt/trabalhos3/analise>. Acesso em: 07. set. 2021.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em 06 set. 2021.

MENDONÇA, Camila. **EDUCAÇÃO FÍSICA ADPTADA**. Fev.,2019. Disponível em: <http://www.educamaisbrasil.com.br-enem>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MOTA, S. **Leitura**: técnica de estudo. Set.,2016. Disponível em: <http://www.silviamota.com.br-visualizar>. Acesso em 15 ago. 2021.

PENAFORT, J. D. **A integração do esporte adaptado com o esporte convencional a partir da inserção de provas adaptadas**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, f.172, 2001. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/.../Penafort_JaquelineDourado_M.pdf. Acesso em 17 ago. 2021.

PIZZANI, L. *et al.* A ARTE DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA BUSCA DO CONHECIMENTO. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 10, n. 1, p.53-66, jul/ dez.,2012. Disponível em: <http://www.periodicos.sbu.unicamp.br-ojs.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

RIBEIRO, S. M. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas. São Paulo, f. 169, 2009. Disponível em: <http://www.cienciadotreinamento.com.br>. Acesso em 17 set. 2021.

ROSADAS, S. C. **Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente**: Eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd148/esporte-adaptado>. Acesso em 16 ago. 2021.

SANTOS, M. O. S. Exercício físico e música: uma relação expressiva. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 13, n. 122, 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd122/exercicio-fisico-e-musica-uma-relacao-expressiva.htm>.

Acesso em: 24 ago. 2021.

SILVA, D. B. S. *et al.* **Inclusão da criança com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física por meio da capoeira no ensino fundamental I.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Centro Universitário Ítalo Brasileiro. São Paulo, dez., p.40, 2017. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br>. Acesso em 11 de set. 2021.

SILVA, F. D.; SILVA, P. H. R.; SANTOS, W. C. Educação Física inclusiva para alunos com deficiência auditiva. Orientações, recomendações e peculiaridades durante as aulas. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, v. 18, n. 190, p.30, mar. 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em 18 set. 2021.

SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (orgs). **De Preto a Afrodescendente – trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil.** São Carlos: EDUFSCAR, p. 181-197, 2003. Disponível em: <http://www.cev.org.br/biblioteca/processos-educativos-desvelados-na>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SOUZA, D. B; FERREIRA, E. C. **A relevância da atividade física para crianças com Síndrome de Down.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado a Faculdade Multivix, Serra – ES, jun., 2018. Disponível em: <http://www.multivix.edu.br-2018/06>. Acesso em: 10 set. 2021.

SPOSATI, A. Exclusão social e fracasso escolar. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n. 71, p. 21-32, jan. 2000. Disponível em: <http://www.rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2099>. Acesso em: 16 ago. 2021.

VITTO JUNIOR, J; LIMA, A. L. S. A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular. **Revista Iniciação Científica**, v. 9, n.1, p. 82, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/iniciacaoocientifica>. Acesso em 17 ago. 2021.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

CARVALHO, S. M. S; MIGUEL, M. C; SILVEIRA, R. Z. Inclusão dos Alunos Portadores de Necessidades Especiais nas Atividades da Área de Educação Física. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 1, art. 11, p. 206-227, jan. 2023.

Contribuição dos Autores	S. M. S. Carvalho	M. C. Miguel	R. Z. Silveira
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X

